

Esquerda unida na maioria dos Estados

Os partidos de oposição a Fernando Henrique Cardoso estão unificados em grande parte dos Estados, na tentativa de eleger governos estaduais comprometidos com as transformações que o país precisa. O PCdoB realizou convenções em to-

dos os Estados e participa dessas coligações fazendo um grande esforço para eleger uma numerosa bancada de deputados federais e estaduais.

Páginas 4 e 5

A Classe Operária



R\$ 1,00

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

Um Brasil para os brasileiros



A frente de oposição *União do Povo - Muda Brasil*, apresentou, no último dia 6, em Brasília, o seu programa de governo. O programa apresenta um conjunto de medidas com autêntico caráter de salvação nacional, que devem ser aplicadas de imediato, em defesa do povo e da economia do Brasil. Outras medidas de fundo deverão ser adotadas em relação à política de privatização aplicada no país pelos governos neoliberais, contra o desmantelamento da infra-estrutura nacional e sua entrega para as multinacionais.

Este é um programa para romper com as forças do passado que sempre dominaram o governo brasileiro, e iniciar a modernização verdadeira do país, aquela em cujo centro estejam os interesses de todos os brasileiros que trabalham. É um programa para construir um Brasil para os brasileiros e que, por isso, precisa romper com as velhas oligarquias encasteladas no governo, e com seus aliados externos, o imperialismo e as instituições que o representam.

Páginas 3 e de 6 a 9

Propaganda do governo explora mitos do Plano Real

Em seu quarto aniversário, o Plano Real procura se sustentar em dois mitos: o de que o fim da inflação aumentou a renda dos mais pobres e o de que o aumento de renda é o principal responsável pelo au-

mento do consumo. O artigo *Mitos e ilusões nos quatro anos do Real* demonstra que essas afirmações não têm base na realidade

Página 2

Trabalhadores da GM lançam a greve globalizada



Iniciada em 5 de junho, numa pequena fábrica em Flint, Michigan (EUA), a greve dos metalúrgicos da General Motors traz novas perspectivas à luta de resistência dos trabalhadores. A paralisação em áreas estratégicas afeta a linha de produção da maior montadora de veículos do mundo, inclusive na fábrica de São José dos Campos, em São Paulo

Grevistas protestam contra eliminação de empregos

Página 11

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Mitos e ilusões nos quatro anos do Real

Lecio Moraes*

No quarto aniversário do Plano Real a propaganda governamental ainda explora os "mitos" do Real. Vejamos dois desses mitos, muito divulgados:

Primeiro mito: o "fim da inflação" aumentou a renda dos mais pobres. Os próprios dados sobre se houve realmente aumento nas rendas mais baixas a partir de 1995 são controversos. Mas mesmo que tal aumento tenha se verificado, não é provável que tenha se originado do fim, ou mais propriamente, da desaceleração do processo inflacionário.

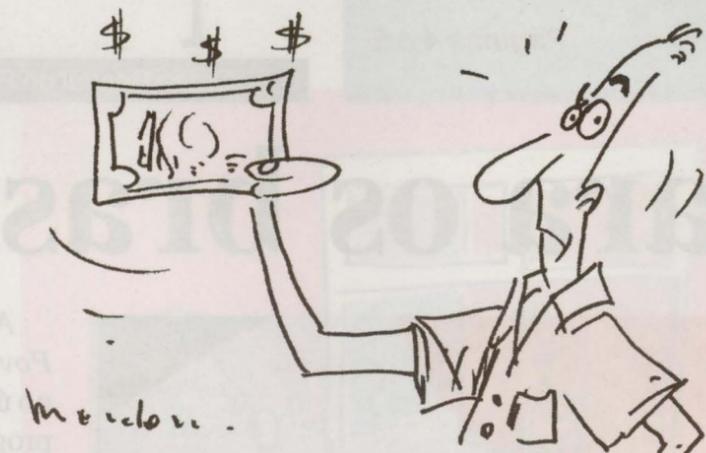
De fato, mesmo economistas conservadores argumentam que os períodos extremamente curtos entre o recebimento e o consumo da renda, característicos das camadas mais pobres, fazia com que a perda inflacionária fosse bastante diminuída. Para que esse aumento de renda tenha ocorrido, muito mais importante do que a desaceleração dos aumentos de preços foi a concessão de um reajuste de salário mínimo, em maio de 1995, que o fez passar de 70 para 100 reais. Esse reajuste, fruto de uma promessa de campanha e de um compromisso com o Presidente Itamar, pelo efeito em cadeia que promove em toda a escala salarial, teve efeitos muito mais efetivos na ampliação da renda dos pobres.

Salários voltaram a diminuir

Para o governo é difícil admitir isso, pois significa que, embora a inflação penalize os mais pobres e concentre renda, a melhor forma de desconcentrar a renda ainda é através de medidas governamentais impositivas que aumentem os salários mais baixos.

Mas, infelizmente, mesmo esse aumento de renda inicial foi se diluindo a partir de 1996, devido a vários fatores, em especial: a queda dos salários reais que voltaram a diminuir frente a uma inflação acumulada ainda bastante alta; a perda ou precarização de rendimentos pelo desemprego ou informalização do trabalho; e os gastos contínuos com os altos juros do crédito ao consumidor.

Segundo mito: o aumento da renda é o principal responsável pelo aumento do consumo. Esse propalado aumento do consumo serve de corolário para "comprovar" o aumento da renda dos mais pobres. Mas vários dados mos-



tram que o aumento do consumo verificado foi movido mais pelo endividamento e pela despoupança e menos pelo aumento de rendimentos.

De fato, o número de cadernetas de poupança diminuiu bastante durante o Plano Real: nos primeiros dois anos, o número de contas de poupança caiu de 90 milhões para menos de 77 milhões. Além disso, houve queda nos saldos das cadernetas com menos de dois mil reais, aumentando, em contrapartida, o saldo daquelas com mais de quatro mil reais. É evidente que foram os recursos dessa despoupança que vieram alimentando, em parte, o consumo e, depois, o pagamento dos estratosféricos juros do crédito ao consumidor.

Mas o principal financiador do consumo foi mesmo o crédito, seja na forma de cartões, seja na forma de cheques "pré-datados". Como a renda das classes média e pobre não vêm se sustentando, o crédito vem sofrendo cíclicas e repetidas crises de inadimplência, que denunciam o enorme volume de rendimentos penhorado em dívidas de consumo.

Com efeito, no período do Plano Real as receitas dos bancos com créditos cresceram de 12% para 45% da receita total, subindo de R\$ 10,4 bilhões para R\$ 39,4 bilhões. Por outro lado, a inadimplência, na cidade de São Paulo, durante o Plano cresceu mais de 354%, quando o número de operações de crédito cresceu 77%. O Serviço de Proteção ao Crédito da cidade de São Paulo registrou, no primeiro ano do Real, 1,571 milhão de atrasos de pagamentos; no quarto ano esses atrasos subiram para 4,088 milhões. Enquanto antes do Plano as pessoas físicas respondiam por 17% dos títulos protestados, agora elas já respondem por 30%. O número de cheques sem fundos também não pára de crescer: em 1994 apenas dois cheques em cada mil eram devolvidos, agora 11

em cada mil voltam.

Na prática, uma parte da população trocou a angústia da instabilidade dos preços pela das dívidas não pagas.

Além desses e outros mitos, ainda subsistem em diversos segmentos da população ilusões de que o Plano Real é bom, mas que tem "defeitos", como os juros altos e o desemprego, que se forem "resolvidos", teríamos então estabilidade e crescimento sustentado. Nada mais falso. Problemas como os das altas taxas de juros, do desemprego crescente e do baixo crescimento são inerentes e próprios da lógica do Plano Real, como em menor ou maior grau estão também presentes nas políticas econômicas de todos os outros países de Terceiro Mundo (e até nos países centrais), aderentes à "globalização". Eles decorrem basicamente da opção pela dependência aos capitais financeiros, da liberalização de entrada e saída desses capitais, e da destruição das proteções à produção nacional.

Nova alternativa econômica

Enquanto persistirem no mercado internacional (isto é, nos países centrais) condições de instabilidade financeira, deflação, e superacumulação — sem os sistemas de defesas, subtraídos pelo Plano Real — os juros altos, o baixo crescimento e o desemprego existirão entre nós, inapelavelmente.

Por isso constitui uma ilusão de muitos querer "corrigir" os juros altos e o desemprego do Real, preservando o "Plano". A verdadeira opção é construir uma nova alternativa de política econômica, que tenha como pressuposto o crescimento econômico e não a "estabilidade monetária" e a liberalização dos fluxos de capitais, e tenha como base a poupança e a produção nacional e não os capitais financeiros externos.

*Assessor da liderança do PCdoB na Câmara

PARLAMENTARES COMUNISTAS PRESTAM CONTAS

Um mandato sério

A Câmara dos Deputados enfrenta um fase de grande descrédito junto à população. A prática fisiológica do governo FHC com os parlamentares de sua base parlamentar tornou-se comum. E pior: para conquistar votos contrários ao interesse popular.

O Parlamento é o mais democrático poder da República, mesmo com todas as limitações. E é injusta a generalização da desconfiança sobre todos os que exercem a atividade política. Há parlamentares que lutam, com seriedade e coragem, em nome dos reais interesses da maioria dos brasileiros e do país como nação soberana e independente.

O trabalho de deputada federal de Jandira Feghali (PCdoB/RJ) revela a existência de um mandato sério, corajosamente comprometido com as lutas do povo brasileiro.

Em defesa da nação

Na reforma da Previdência, Jandira esteve e ainda está na linha de frente contra esse inacreditável corte nos direitos dos trabalhadores, desnudando, desde o início, o que hoje já não é mais segredo para ninguém: a intenção governamental de privatizar a Previdência Social, ou seja, a entrega de um negócio de R\$ 200 bilhões às forças cegas e ávidas de mercado.

Jandira Feghali também enfrentou a sanha governamental da quebra dos monopólios estratégicos ao desenvolvimento soberano do país. A deputada lutou incansavelmente contra o desmonte do Estado nacional, a abertura dos nossos setores de Petróleo, Telecomunicações, Navegação de Cabotagem, Elétrico e Nuclear aos vorazes apetites do lucro privado.

Da mesma forma, atuou firmemente na denúncia das privatizações do patrimônio público, apenas iniciadas no setor elétrico e energético, além da vergonhosa negociação envolvendo a Companhia do Vale do Rio Doce. Agora, a Petrobrás parece ser a bola da vez, apesar das inúmeras promessas presidenciais de não privatizar essa empresa, orgulho de toda a nação brasileira.

Saúde e cultura

Como médica, Jandira soube aliar seu conhecimen-



Jandira, uma lutadora corajosa

to na área à sua atuação política. Em seu mandato parlamentar prosseguiu com sua luta no setor, em defesa da universalidade da saúde. Segunda angústia da população brasileira, após o desemprego, a saúde pública é alvo de feroz ofensiva do governo federal, no rumo da privatização. Neste campo de atuação, o mandato Jandira Feghali deu um grande salto qualitativo, consolidando uma referência nacional nos temas ligados à saúde.

Historicamente ligada à cultura, Jandira continuou sua luta nesta área. A nova Lei de Direitos Autorais, recentemente aprovada no Congresso Nacional, constituiu um grande avanço. É do reconhecimento de todos que Jandira, juntamente com outros parlamentares, liderou as articulações e as pressões no sentido da conquista de uma avançada legislação autoral.

Agora, no bojo da vitória recém alcançada, já se iniciaram as articulações para a aprovação do Projeto Lei 256/91, de autoria de Jandira, que trata da regionalização da produção artística e cultural em nosso país.

Daí, a importância que assume a reeleição de Jandira Feghali, cuja candidatura insere-se na ampla frente de esquerda, democrática e popular formada para impedir o continuísmo do projeto elitista e de exclusão social do governo FHC, como também o Estado do Rio de Janeiro, através dos nomes de Marcello Alencar e dos futuros candidatos César Maia e Luiz Paulo Rocha.

O mandato de Jandira Feghali é um exemplo de seriedade e luta corajosa na defesa intransigente dos interesses maiores da população fluminense, carioca e brasileira.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) Estagiária: Gabriela Mendonça. Edição Eletrônica: Marco A. T. Godoy - Administração: Francyrse de Andrade Matarazzo. Publicação quinzenal da Editora Jornalística do PCdoB. Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois. Vista: São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 3104 4140. PCdoB na Internet: <http://www.pcdo.org.br>. E-mail: classeop@ruralsp.com.br



Quando a frente oposicionista *União do Povo – Muda Brasil* apresentou os pontos de seu programa para um novo governo, no último dia 6 de julho, não faltaram vozes do campo governista que identificaram nele ecos de teses democratas e nacionalistas nos anos 50 e 60

O programa do Brasil contra o programa do imperialismo

José Carlos Ruy

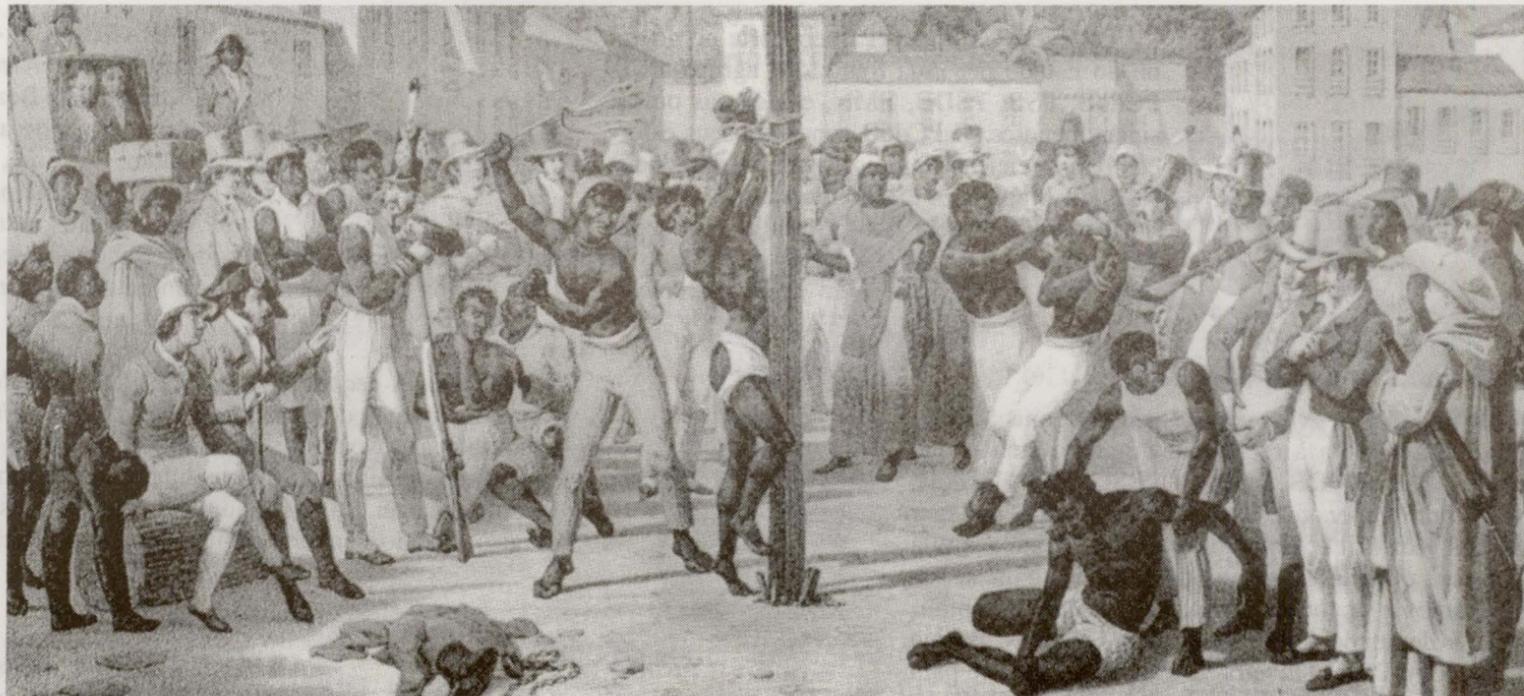
O ex-ministro Mailson da Nóbrega, um arauto do campo conservador, por exemplo, acusou o programa de ser uma ruptura e não uma alternativa à política econômica de Fernando Henrique Cardoso. Ele condena a intervenção do governo para mudar o rumo do desenvolvimento do país e, principalmente, acha inaceitável o uso de “slogans contra o FMI e organizações internacionais”.

A posição de Mailson não é nova. O Brasil sempre foi governado por oligarquias financeiras e proprietárias intimamente ligadas aos interesses externos e que, assessoradas e apoiadas por homens como ele, aplicam políticas econômicas antinacionais, antipopulares e antidemocráticas.

Conflitos antigos

O conflito entre os dois programas, o autonomista e o entreguista, figurou já em nossos primeiros passos como Nação independente. José Bonifácio, que chefiou o governo brasileiro desde 18 de janeiro de 1822 (antes, portanto, da proclamação da Independência) até 16 de julho de 1823, quis um programa de desenvolvimento autônomo. O governo deveria, pensava, apoiar as fábricas e a agricultura voltada à produção de alimentos e bens de consumo para o mercado interno, limitar o latifúndio, acabar com a escravidão, fazer uma reforma agrária entregando lotes de terras para ex-escravos, brasileiros pobres, imigrantes europeus e indígenas. Aliás, ele defendia a integração dos ex-escravos e dos indígenas à população brasileira para que os moradores do país “sejam sociais entre si e se olhem como irmãos e concidadãos.” Querendo fundar uma nação moderna, ele preocupava-se com a criação de uma infra-estrutura, com estradas, portos e meios de comunicação; com a educação e a saúde dos brasileiros; com a integração do país para garantir sua unidade, soberania e autonomia.

Seu programa chocou-se com interesses solidamente estabelecidos, e ele foi rapidamente expulso dos cen-



Desde a escravidão as elites tentaram dividir os oprimidos. No desenho, um negro bate em outro escravo

tros de decisão, forçado a renunciar e, meses depois, preso e exilado na França.

Interesses estrangeiros

Ele foi derrotado pelos bisavós dos neoliberais de nosso tempo: os grandes comerciantes de exportação e importação, os grandes proprietários de terras e escravos, ligados aos agentes do capital estrangeiro, que defendiam um comércio externo livre, sem políticas protecionistas para a produção nacional. Só faltava eles terem defendido a integração do Brasil ao Primeiro Mundo! José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, um campeão da defesa dos interesses da Inglaterra, chegou a escrever um livrete onde denunciava que “os ciúmes mercantis que grassam na Europa contra o comércio inglês” não estavam “de todo dissipados no Brasil, e até hoje ainda há quem se queixe” contra o livre comércio decretado por D. João VI em 1808.

Essas oligarquias acabaram impondo seus interesses ao governo do país. O conflito entre as duas tendências se perpetuou então. Atravessou todo o período monárquico, e explodiu no começo do período republicano, onde novamente os livre-cambistas se chocaram com os industrialistas e desenvolvimentistas. A hegemonia do programa liberal foi restabelecida sob Pru-

dente de Moraes e Campos Sales, mantendo-se até o final da República Velha, quando foi derrotada pelo novo governo que surgiu com a revolução de 1930, e o programa desenvolvimentista voltou ao primeiro plano.

Disputas presidenciais

A não ser em breves períodos – tumultuados pela ação das forças reacionárias e conservadoras – o Brasil nunca foi governado por forças de centro-esquerda. As disputas presidenciais, de 1945 a 1960, foram marcadas pelo conflito entre os dois caminhos de desenvolvimento, e a sombra da figura de Getúlio Vargas que pairou sobre elas não era senão o espectro dessa exigência de autonomia e soberania empalmada por alguns setores das classes dominantes brasileiras. Programa que acabou sendo derrotado pelas armas, em 1964 e que, contraditoriamente, apesar da submissão dos generais aos interesses do imperialismo norte-americano, não conseguiu impor-se de forma completa, chocando-se com os interesses nacionais cristalizados em muitos setores das classes dominantes e grandes parcelas da oficialidade das Forças Armadas.

Nas últimas eleições presidenciais esse conflito se reolocou outra vez. Os interesses das classes dominantes manifestaram-se com força já na Assem-

bléia Constituinte de 1987/1988, sendo derrotados em várias questões importantes. Reergueram-se no governo Collor e, depois, com mais clareza e intensidade, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

O velho conflito se renova, e as forças do passado, travestidas de modernidade, tentam continuar à tona nas eleições deste ano, onde pela primeira vez todas as forças de esquerda conseguiram unir-se em torno de um candidato único à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com amplo apoio de setores democráticos, nacionalistas e progressistas.

Estancar o sangramento

O novo governo que poderá nascer da eleição de 1998 tem uma tarefa urgente. Ele precisa, como medida emergencial, estancar o sangramento do país provocado pelo domínio do imperialismo, cujo mecanismo é a dívida galopante (ela chega a 220 bilhões de dólares, tendo mais que dobrado os quatro anos em que Fernando Henrique Cardoso esteve à frente do governo) e o déficit público descontrolado, provocado pela política de juros altos e de formação de montanhas de divisas acumuladas como reserva externa para garantir o valor do real, esta moeda baseada em empréstimos e não no trabalho do povo e das empresas do Brasil.

O programa apresentado em Brasília pela frente União do Povo – Muda Brasil (publicado na íntegra nesta edição de **A Classe Operária**) apresenta um conjunto de medidas com autêntico caráter de salvação nacional, que devem se aplicadas de imediato, em defesa do povo e da economia do Brasil. Outras medidas, de fundo, deverão ser adotadas em relação à política de privatização aplicada no país pelos governos neoliberais, contra o desmantelamento da infra-estrutura nacional (transportes, telecomunicações, etc.) e sua entrega a multinacionais.

Modernização autêntica

E, neste ponto, o ex-ministro Mailson da Nóbrega tem razão: este não é um programa para continuar a política antinacional e entreguista de Fernando Henrique Cardoso. Ele é um programa para romper com as forças do passado que sempre dominaram o governo brasileiro, e iniciar a modernização verdadeira, autêntica do país, aquela em cujo centro estejam os interesses de todos os brasileiros que trabalham. É um programa para construir um Brasil para os Brasileiros e que, por isso, precisa romper com as velhas oligarquias encasteladas no governo, e com seus aliados externos, o imperialismo e as instituições que o representam.



Na maioria dos Estados, os partidos de esquerda se unificaram em coligações para concorrer aos governos estaduais. Confira nesta página as coligações do PCdoB e os candidatos apresentados pelo Partido para concorrer à Câmara Federal e assembleias legislativas

A esquerda está unida em quase todo o país

ACRE - Jorge Viana (PT) concorre ao governo do Estado por uma frente que agrupa ainda PCdoB, PSB, PSDB, PMN, e algumas outras siglas menores. O PCdoB concentra seus esforços para a eleição de dois deputados estaduais: Edvaldo Magalhães e Eduardo Farias. O Partido tem ainda Márcio Batista candidato a deputado federal e o índio Antônio Apurinã a estadual. Toda a votação será em urnas eletrônicas.

PERNAMBUCO - A esquerda se unificou em torno de Miguel Arraes (PSB), candidato à reeleição, Fernando Bezerra Coelho (PSB) para vice e o deputado federal Humberto Costa (PT) para o Senado. A frente, cujo polo principal é o PSB, conta com participação do PDT, PCdoB, PT, PTB, PMN e outros menores. O PCdoB pretende reeleger a deputada estadual Luciana Santos e eleger Renildo Calheiros federal. Luiz Carlos Souza também é candidato do Partido a deputado estadual.

MARANHÃO - A governadora Roseana Sarney (PFL) é candidata à reeleição, numa coligação que envolve PFL, PMDB, PTB, PL, PSC, PSD, PCdoB, PRP e outros menores. O projeto do PCdoB é eleger Marcos Kowarick deputado estadual. Lança ainda para essa disputa os nomes de Ribamar Nunes, Almir Ramos e Joaquim Costa. Os candidatos comunistas a deputado federal são Júlio Guterres, Eurico Fernandes e Pedro Oliveira. O Partido coligou-se para a eleição de deputado estadual com o PSC, PTB, PSDC e PSL.

SERGIPE - A esquerda (PSB, PT, PDT e PCdoB) se uniu em torno dos nomes do senador Antônio Carlos Valadares (PSB), candidato a governador, José Eduardo Dutra (PT) a vice, e, José Almeida Lima (PDT) candidato ao Senado. O objetivo do PCdoB é eleger Edvaldo Nogueira deputado estadual. Para federal o Partido concorre com a vereadora Tânia Soares.

PARAÍBA - A frente de esquerda é formada por PSB, PT, PCdoB, PDT e PV e tem o deputado federal Gilvan Freire (PSB) candidato a governador. O PCdoB lança Simão Almeida para federal e Renô Macaúbas para estadual.

RIO GRANDE DO NORTE - A esquerda (PT, PCdoB e PDT) concorre com Manoel Duarte (PT) ao governo e o vereador Juliano Siqueira (PCdoB) a vice. Hugo Manso (PT) é o candidato ao Senado. O PCdoB busca a eleição de George Câmara (presidente do Sindicato dos Petroleiros) a deputado estadual e lançou ainda Jacó Neto, trabalhador rural, para esta disputa. Para deputado federal o Partido lançou Eveline Guerra e Canindé de França.

PIAUI - Mão Santa é candidato à reeleição por uma aliança que envolve além do PMDB, o PCdoB, PDT, PL, PPS e PSDC. Osmar Júnior (PCdoB) é o vice. Manoel Domingos é o candidato do PCdoB a deputado estadual. O vereador Anselmo Dias, de Teresina, e Kalume são os candidatos do Partido a deputado federal.

RIO GRANDE DO SUL - A frente de esquerda é formada por PT, PSB e PCdoB, cujos candidatos são Olívio Dutra (PT) a governador, Miguel Rosseto (PT) a vice e José Paulo Bisol (PSB) ao Senado. O primeiro suplente de senador é Guiomar Vidor (PCdoB). Na proporcional repete-se a coligação entre PT, PSB e PCdoB. O Partido pretende eleger Edson Silva, deputado federal e lança cinco candidatos a deputado estadual: Jussara Cony, Déo Gomes, Luiz Carlos Matoso, Júnior Piaia e Vladimir Guimarães.

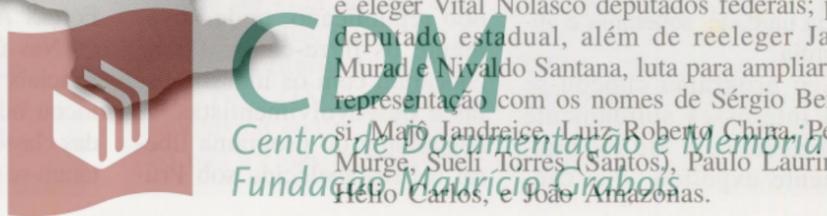
DISTRITO FEDERAL - PT, PDT, PCdoB, PSB e outros menores apoiam a candidatura de Cristóvam Burque (PT) à reeleição. O projeto do PCdoB é reeleger Agnelo Queiroz deputado federal e eleger um deputado distrital lançando os nomes de Messias de Souza, Olgamir e Elias.

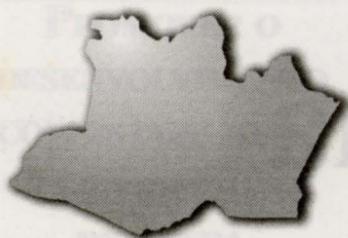
RIO DE JANEIRO - A oposição é formada por PDT, PT, PSB e PCdoB, que se unificaram em torno da candidatura de Garotinho (PDT) e a vice, Benedita da Silva (PT). Saturnino Braga (PSB) é o candidato a senador. O PCdoB busca reeleger Jandira Feghali federal e luta por uma segunda cadeira com Fernando Gusmão. Para estadual pretende reeleger Edmilson Valentim e lança mais quatro candidatos. O Partido coligou-se nas eleições proporcionais com o PDT.

MINAS GERAIS A esquerda lançou a candidatura de Patrus Ananias (PT), ex-prefeito de BH, com o apoio do PSB, PCdoB, PDT e outras siglas menores. O PCdoB busca reeleger Sérgio Miranda deputado federal em coligação idêntica à majoritária, e eleger deputados estaduais em coligação com o PDT, PCB e PV apresentando os nomes de Jô Moraes, Liza Prado, Lipa Xavier, Clélio Mato, José Luiz Guedes, Fernando Ferreira, Dailton Pinheiro e Aristeu Soares.

SANTA CATARINA - A esquerda (PT, PDT, PCdoB, PPS, PSB e outros partidos menores) concorre com a chapa Milton Mendes (PT) a governador, Baratieri (PDT) a vice, e Sérgio Grandó (PPS) ao Senado. O PCdoB busca eleger Liane Kleine Deputada federal e lançou cinco candidatos estaduais: Paulinho Silva, Clair Castilhos, Luiz Henrique Costa, Sarmiento e Douglas Mattos.

SÃO PAULO - PT, PCdoB, PMN e PPS concorrem com a candidatura de Marta Suplicy. Na eleição proporcional repete-se a mesma coligação. O PCdoB busca reeleger Aldo Rebelo e eleger Vital Nolasco deputados federais; para deputado estadual, além de reeleger Jamil Murad e Nivaldo Santana, luta para ampliar sua representação com os nomes de Sérgio Benassi, Major Jandreice, Luiz Roberto Chira, Pedro Murgue, Sueli Torres (Santos), Paulo Laurindo, Hélio Carlos, e João Amazonas.





AMAZONAS – A oposição é composta pelo PSL ao qual pertence o candidato a governador Eduardo Braga, pelo PSB, de Serafim Corrêa, candidato a vice e Marcos Barros (PT), numa coligação integrada também pelo PCdoB, PMN, PPS, PDT, PPB e PV. O projeto do PCdoB é eleger Vanessa Graziotin deputada federal, reeleger Eron Bezerra estadual, lançando ainda para esta disputa o índio Pedro Ticuna e mais dois candidatos.



RORAIMA – A oposição foi articulada em ampla frente, com a ex-prefeita de Boa Vista, Tereza Jucá (PSDB), composta por 10 partidos entre os quais, PCdoB, PPS, PFL e PRP. O Partido lança as candidaturas de Francilene Rodrigues, para federal, e Namis Levino, para estadual.

ALAGOAS – A oposição concorre com a candidatura de Ronaldo Lessa (PSB) numa aliança que envolve ainda PT, PCdoB, PDT e outros menores. A chapa dessa frente tem Heloísa Helena (PT), candidata a senadora. O projeto do PCdoB é eleger Eduardo Bonfim deputado federal e José Roberto estadual.

TOCANTINS – A oposição sai com o ex-governador Moisés Avelino (PMDB) com apoio do PCdoB, PPS e PSDB. O Partido lança apenas candidato a deputado estadual, Marizon Rocha, presidente da UEE/TO.



BAHIA – O vereador Zezéu Ribeiro (PT) é candidato a governador pelo PT e PCdoB. Na eleição para a Câmara Federal, o PCdoB coliga-se com o PT buscando a reeleição de Haroldo Lima e a eleição do vereador Javier Alfaya federais. Para a Assembléia, diante de dificuldades de coligação, o Partido lança chapa própria com 17 nomes: Alice Portugal, Álvaro Gomes, Davidson Magalhães, Messias Gonzaga, João Cambuí e João Costa, entre outros.

CEARÁ – PT, PCdoB, PSB, PV e PDT, apresentam o nome de José Cirillo (PT), governador e Lula Moraes (PCdoB) para vice. O Partido busca reeleger Inácio Arruda e eleger Jânia Vieira deputados federais. Lança cinco candidatos a deputado estadual: Chico Lopes, Tinoco Luna, Maria Assunção, Carlos Eduardo e Iracione.

GOIÁS – A oposição une PT, PCdoB e PDT. Osmar Magalhães (PT) é o candidato a governador, Fábio Tokarsky (PCdoB) o vice e Jorge Antonini (PDT) a senador. O projeto do Partido é reeleger Aldo Arantes federal e Denise Carvalho estadual. Lança mais cinco estaduais: Mauro Rubem, Marcelo Mendonça, Rogério Rocha, Edvaldo Lourenço e Luiz Flávio Sena.

AMAPÁ – João Capiberibe (PSB) candidata-se à reeleição com apoio do PT, PCdoB, PPS e outros. O PCdoB volta sua atenção para a tentativa de eleger um deputado federal, Charles. Lança as candidaturas de Darci e Nildo a deputado estadual.

ESPÍRITO SANTO – A frente de oposição é composta por PSB, PT, PCdoB, PMN e outros menores. Concorre com Renato Casagrande (PSB), tendo Saturnino Mauro (PSB) como vice e Nelson Aguiar (PMN) candidato ao Senado. O Partido visa eleger deputados. Lança Namy Chequer, Almir Fortes e Vilmar Gomes, candidatos a deputado estadual e Wagner Pappi a federal.

PARANÁ – Roberto Requião (PMDB) é candidato da frente composta também pelo PT, PCdoB, PDT, PV e PCB. Para vice, a frente lança o nome de Nelton Friedrich (PDT) e o deputado federal Nedson Miquelletti (PT) para o Senado. O PCdoB quer é reeleger Ricardo Gomyde deputado federal. Como candidatos a deputado estadual o Partido apresenta os nomes de Ortencia Matias, vereadora de Ponta Grossa, e Marley, ex-prefeito de Ibaiti.

PARÁ – O senador Ademir Andrade (PSB) é o candidato pela frente PSB, PT, PCdoB e PDT. O PCdoB pretende reeleger Socorro Gomes, deputada federal. Para estadual lançou os nomes de Sandra Batista (vereadora de Belém) e Paulinho Fonteles.

Emprego é tema da plenária da UJS

Realizou-se neste final de semana em Curitiba/PR a primeira plenária nacional da UJS após a realização do seu 9º Congresso. Os objetivos centrais desta plenária foram os de preparar a participação da entidade nas eleições e definir as bandeiras que a UJS vai erguer em torno da Campanha de Emprego para a Juventude.

Lula-Brizola para a mudança de rumos no Brasil. Organizar comitês de juventude do Lula nas escolas, universidades, locais de trabalho, bairros etc. deve ser prioridade para os militantes da União da Juventude Socialista.

Com uma participação expressiva dos Estados, a plenária apontou a necessidade da UJS atuar nas eleições com "cara própria", confeccionando materiais da entidade para os candidatos proporcionais e majoritários, organizando atividades de campanha, etc., tudo com a irreverência e a alegria que são próprios da juventude.

A principal bandeira que a UJS vai levantar nas eleições é a de Emprego para a Juventude. Sob o slogan *Sem emprego não dá* a entidade pretende fazer um amplo debate na sociedade sobre os impactos que o desemprego tem na juventude e apontar políticas públicas de geração de emprego e renda para este setor da sociedade que é um dos mais atingidos pelo desemprego no nosso país, chegando à casa dos 50% na região metropolitana do Estado de São Paulo (DIE-ESE).

A UJS aponta com firmeza a importância especial da campanha de

RONDÔNIA – A esquerda está unida na frente da cidadania com o PT indicando os candidatos ao governo, José Neumar, e ao Senado, Fátima Cleide, tendo o PV na vice, e o PCdoB na primeira suplência do senado, com José Simeão. O Partido busca acumular forças lançando dois candidatos a deputado federal, Gilmar e Manoel. Para estadual concorreu Valduíno Martins e Olavo.

MATO GROSSO – O PT, juntamente com o PCdoB terá como candidato a governador Carlos Abicalil (PT). O PCdoB se concentra na eleição de um deputado estadual e lança o vereador de Barra do Garças, Chaparral (Zózimo Wellington). Para deputado federal lançou Paulo Fróio, Olívio Souza e Miranda Muniz, buscando fortalecer o Partido.

MATO GROSSO DO SUL – Zeca do PT é o candidato por uma frente que compõe-se pelo PDT na vice, PPS no Senado e PCdoB. O Partido prioriza a candidatura de Lairson Palermo a deputado federal. Para deputado estadual, lança Daniel.

Errata

Atenção leitores e colecionadores de A Classe Operária. A edição anterior é a número 160 e não 159 como foi publicada na capa do jornal.

Pedimos desculpas por este erro involuntário. Nesta edição, a numeração foi normalizada.



Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Um Brasil para os brasileiros

Diretrizes do Programa de Governo

Só a união do povo e uma nova maioria podem formar um governo capaz de tirar o país da crise e prepará-lo para o século XXI

A UNIÃO FEZ A FORÇA

Pela primeira vez em nossa história as esquerdas se uniram para disputar a presidência da República.

A *União do Povo - Muda Brasil* é uma efetiva opção de poder.

Seu Programa aponta para uma mudança profunda da economia, da sociedade e da política brasileiras em proveito das grandes maiorias, em especial dos trabalhadores.

A união das esquerdas se amplia conquistando importantes setores comprometidos com o progresso, a soberania nacional, a democracia e a ética na política.

Ela expressa o sentimento de todos aqueles que condenam o atual estado de coisas e que querem superar os problemas que afligem nosso país há séculos, sumamente agravados pelo governo FHC.

Os brasileiros dão-se conta de que o mundo está mudando. Soluções conservadoras copiadas por nossas elites são repudiadas por eleitores de muitos países que nas urnas derrotam governos insensíveis aos grandes problemas sociais.

Chegou a vez de os brasileiros fazerem escutar sua voz e afirmar uma proposta alternativa.

Essa proposta é representada pela *União do Povo - Muda Brasil*, integrada pelos partidos populares e por todas as forças comprometidas em reconstruir a Nação.

A vitória das oposições, no entanto, depende da capacidade de mobilização de milhões de homens e mulheres.

É preciso ganhar as eleições para mudar o país.

Mas é preciso mobilizar o povo para ganhar as eleições.

A união é nossa força.

O POVO ESTÁ INQUIETO, INTRANQUÍLO E INSEGURO

A herança de FHC

Os jovens não encontram trabalho, os desempregados não retornam ao mercado formal e a maioria dos brasileiros teme por seus empregos. Salários, aposentadorias e pensões são congelados ou reduzidos.

O sistema de saúde está em crise, enquanto crescem as endemias.

O povo não pode enviar seus filhos para escolas de qualidade. Grande parte da juventude é obrigada a pagar seus estudos.

Aumenta a violência nas ruas com a crise social. Micro, pequenas e médias empresas fecham suas portas.

Nossos irmãos nordestinos sofrem as conseqüências de uma seca anunciada, sem que o governo tenha adotado qualquer providência, a não ser reunir secretários de segurança para reprimir saques, transformando um grave problema social em "questão de polícia". Antes, parte da Amazônia ardeu em chamas diante do olhar indiferente do governo.

O PAÍS SOFRE COM A ARROGÂNCIA, O AUTORITARISMO E A IRRESPONSABILIDADE DE FHC

Um presidente arrogante - que não hesita em chamar milhões de brasileiros de "vagabundos" - dirige um governo sem preocupações sociais, mais ocupado com sua imagem internacional do que com o sofrimento do povo.

O governo ofendeu o Congresso Nacional, com sucessivas compras de votos.



A direção da *União do Povo - Muda Brasil* em São Paulo

Denúncias de corrupção têm sua investigação bloqueada pela maioria governista.

FHC abusa das Medidas Provisórias, superando o regime militar no uso dos Decretos-lei.

Agora, insufla campanha de terror econômico, transformando o "caos" por ele próprio provocado em responsabilidade das oposições. Busca com isso, e com uma campanha milionária de TV, impedir o voto nos candidatos populares.

Os servidores públicos foram humilhados e submetidos a um arrocho salarial de mais de três anos.

As privatizações torraram o patrimônio do povo brasileiro e para efetivá-las o governo não hesita em usar recursos públicos, que deveriam ser destinados para o aumento da produção e a geração de empregos.

A política econômica do governo FHC está baseada na valorização artificial da moeda, na abertura irresponsável da economia, na manutenção de altos juros e nas privatizações.

A estabilização obtida assentou-se sobre pés de barro. Comprometeu a estabilidade social do país. Ficamos cada vez mais dependentes e ameaçados pelos especuladores internacionais. Vivemos sobressaltados com os movimentos das bolsas de valores pelo mundo afora e com a instabilidade financeira.

O governo federal desestruturou e desnacionalizou nossa indústria e nossa agricultura, provocando desemprego e exclusão social.

As elites rejeitam um projeto nacional de desenvolvimento e se recusam a adotar políticas agrícola, industrial e de ciência e tecnologia. Com isso, o Estado perde instrumentos estratégicos de defesa dos interesses nacionais.

O governo das forças populares reverterá essa situação, levando em conta a evolução do quadro internacional e a herança do governo FHC.

A estabilidade da moeda - por todos desejada - pode ser conseguida sem desemprego e insegurança social.

Graves distorções ameaçam o país:

- a dívida externa atingirá em 1998 US\$ 220 bilhões;
- a dívida interna mobiliária ultrapassará os 100 bilhões;
- a quase metade da riqueza do país está em mãos de poucos.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Museu Grabois

**PROMOVER O
DESENVOLVIMENTO
COM ESTABILIDADE
E DISTRIBUIÇÃO
DE RENDA**

- o Governo gastou R\$ 46 bilhões apenas com o pagamento de juros da dívida, em 1997. O investimento e os gastos sociais são sacrificados em benefício dos especuladores;
- o crescimento da economia tem sido medíocre e este ano ficará abaixo dos 2%;
- a balança comercial, que apresentava em 1994 um superávit de US\$ 10,4 bilhões, teve

em 1997 um déficit de US\$ 8,4 bilhões, o que explica em parte o saldo negativo de US\$ 33,4 bilhões de nossas contas externas no mesmo ano;

- falências ou concordatas fecharam milhares de empresas, especialmente micro, pequenas e médias;
- liquidaram-se culturas tradicionais como as do cacau e do algodão. Caiu o cultivo de feijão, arroz e trigo, produtos da cesta básica. O país importa até arroz, feijão e...coco.

Como consequência dessa política cresceu o desemprego e aumentou a precariedade das relações de trabalho. Na região metropolitana de São Paulo o desemprego alcança 19% da força de trabalho. Para cada trabalhador com carteira assinada há mais de um sem carteira e sem proteção social.

Essa política foi e é aplicada por tecnocratas arrogantes e autoritários, muitos deles sobreviventes do regime militar ou da aventura collorida.

**MUDAR O
DIA-A-DIA
DOS
BRASILEIROS**

1. Combate ao desemprego;
2. Recuperação dos salários mais baixos;
3. Adoção de programas de renda mínima;
4. Enfrentamento do grave problema da fome e combate à violência urbana: começará efetiva reforma agrária e adotará medidas urgentes de política agrícola que permitam no curto prazo um crescimento da oferta de alimentos essenciais para a cesta básica.

As mudanças que queremos e faremos vão melhorar o dia-a-dia dos homens e mulheres deste país.

Para milhões de brasileiros os grandes temas macroeconômicos são abstrações que escondem justificativas de políticos e tecnocratas para manter a desigualdade e a opressão.

O cotidiano dos brasileiros é marcado pelo desemprego e os baixos salários, a falta de escolas, as filas dos hospitais, as habitações precárias, o transporte demorado, caro, sem segurança e conforto.

O dia-a-dia de cada um começará a mudar já no início do novo governo.

O novo governo se empenhará na humanização das condições de vida nas grandes e médias cidades, cenários do drama cotidiano dos brasileiros.

O novo governo articulará o combate à violência e ao crime organizado.

Serão combatidas a corrupção e a impunidade, que agridem material e moralmente milhões de brasileiros e que acabam por minar sua confiança na democracia. Os cidadãos têm direito de viver em uma sociedade decente, na qual impere a ética, como um valor republicano, e onde ninguém possa colocar-se acima da lei.

O dia-a-dia da vida do povo brasileiro será substancialmente alterado. As pessoas encontrarão instrumentos para libertar-se do sentimento de impotência e fatalismo e para romper com todas as formas de opressão. O novo governo procurará vestir a todos com o manto da cidadania para promover o respeito à dignidade do ser humano, em especial no local de trabalho.

Nossa meta é acabar com o apartheid social que mantém fora da produção, do consumo e da cidadania milhões de brasileiros.

O novo governo fortalecerá a participação dos cidadãos e o controle do Estado pela sociedade.

Queremos um Brasil para as imensas maiorias.

O novo governo construirá o novo Brasil

O Brasil pode e deve ter um caminho próprio.

Novas prioridades substituirão as atuais.

A dimensão humana e social e a defesa do meio ambiente são inseparáveis de um verdadeiro desenvolvimento.

Um novo projeto de desenvolvimento:

- Fortalecerá a autonomia nacional, tendo por objetivo a defesa da produção e do emprego;
- fará da educação dos brasileiros prioridade nacional;
- assegurará aos cidadãos uma saúde digna;
- defenderá e renovará a produção industrial e agrícola;
- apoiará a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas;
- ampliará a competitividade e incrementará a pesquisa científica e tecnológica;
- estimulará as exportações, sobretudo de produtos industrializados e restringirá as importações predatórias;
- redefinirá o sistema financeiro, garantindo crédito com juros acessíveis;
- dirigirá a política de crédito das agências públicas de financiamento - notadamente BNDES, BNB, BB e CEF - para o fortalecimento da economia e o desenvolvimento social;

**ENFRENTAR
COM
URGÊNCIA A
CRISE
SOCIAL**

- promoverá formação de Bancos do Povo.
- desenvolverá programas de habitação popular, saneamento e transporte urbano;
- reformará os sistemas tributário e previdenciário;
- favorecerá negociações transparentes com trabalhadores e;
- aumentará a participação dos salários na renda nacional, por meio da elevação dos salários mais baixos.

O novo governo conduzirá com mão segura a transição para uma nova organização da economia, na qual a estabilidade da moeda será realizada com crescimento e distribuição de renda.

O novo governo enfrentará com urgência a crise social, sinalizando claramente para o país e o mundo quais serão as novas prioridades. Concentrará os recursos necessários para o enfrentamento imediato de quatro problemas emergenciais:



Um Brasil para os brasileiros

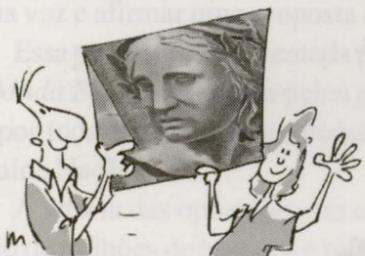
Os grandes compromissos programáticos

Para absorver 1,5 milhão de brasileiros que ingressam anualmente no mercado de trabalho é necessário crescer um mínimo de 6% ao ano. Crescer só não basta. Por isso, o novo governo:



- Proporará redução da jornada de trabalho para 40 horas e promoverá negociações coletivas para diminuí-la ainda mais;
- desestimulará o uso de horas-extras;
- assentará 1 milhão de famílias, criando 3 milhões de empregos;
- criará programas emergenciais para jovens ("primeiro emprego") em serviços à comunidade;
- dará crédito público e apoio técnico para a criação de Bancos do Povo e para cooperativas, micros, pequenas e médias empresas;
- criará, emergencialmente, frentes de trabalho para incorporar mão-de-obra sem qualificação;
- articulará políticas de apoio aos desempregados (reformulando o seguro-desemprego), intermediação de mão-de-obra, formação e treinamento.
- proibirá efetivamente o trabalho infantil.

2. Melhor distribuição de renda



- Recuperará substancialmente o poder aquisitivo do salário mínimo com o compromisso de, pelo menos, dobrar seu valor real;
- criará 4 milhões de Bolsas-Escola, assegurando às famílias de baixa renda enviar ou manter seus filhos na escola;
- implantará progressivamente o Programa de Renda Mínima para os brasileiros de baixa-renda não contemplados em outros programas;
- fará reforma tributária: quem ganha mais pagará mais impostos. Tributação das grandes fortunas, grandes heranças e da grande propriedade rural improdutiva.

3. Escolas para todos



- Nenhuma criança fora da escola;
- implantação progressiva da escola de tempo integral;
- bolsa-escola para filhos de famílias pobres;
- mutirão, com participação da sociedade, para acabar com o analfabetismo adulto;
- ampliação de cursos noturnos nas universidades públicas;

- programas especiais para ampliar o ingresso de estudantes carentes nas universidades públicas;
- garantirá o crédito educativo para estudantes carentes;
- assegurará a efetiva autonomia universitária, com recursos para a pesquisa e docência e mecanismos sociais de avaliação;
- expansão e fortalecimento da rede de ensino profissionalizante.

4. Saúde



- Assegurar a destinação contínua de recursos à saúde para atingir R\$ 250,00 anuais por habitante, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde;

- implantar efetivamente o SUS (Sistema Único de Saúde) com descentralização, eficiência, qualidade, sem fraudes e com valorização dos servidores;
- adoção do médico de família, em parceria com estados e municípios, para colocar a saúde perto de casa;
- combater as endemias;
- promover ações atendimento integral à mulher e aos trabalhadores.

5. Programa de combate à fome



Para assegurar aos brasileiros o pleno acesso aos alimentos básicos, o novo governo:

- manterá estoques reguladores de alimentos básicos, de cerca de 15% da demanda corrente, especialmente de feijão e arroz;
- comprará esses produtos preferencialmente de produtores familiares;
- garantirá preços para os produtos da cesta básica;
- implantará um Programa Emergencial de Combate à Fome, para responder à situação calamitosa da produção agrícola e da fome que atinge milhões de brasileiros.

6. Reforma agrária e política agrícola



- Assentamento de 1 milhão de famílias. A reforma agrária e a política agrícola serão regionalizadas;
- estímulo à elevação da produção e da produtividade de 4 milhões de propriedades familiares, com crédito favorecido, garantia de preços, seguro e apoio

- tecnológico;
- programas de irrigação especialmente voltados para as pequenas e médias propriedades;
- estímulo à criação de cooperativas e de 100 mil pequenas e médias agroindústrias;
- combate às importações predatórias de produtos agrícolas;
- combate à violência no campo e fim da impunidade;
- demarcação imediata das terras indígenas e solução negociada dos conflitos pendentes.

7. Habitação, urbanização saneamento e transporte



O novo governo formulará um Plano Nacional de Política Urbana (PLANUR), com base em propostas desenvolvidas por centrais sindicais, universidades, movimentos sociais, empresários e executivos municipais e estaduais.

o PLANUR dará prioridade à reforma fundiária e fundiária de



- modo a viabilizar a produção de moradia para a população de baixa renda;
- o PLANUR fixará como meta na área de saneamento a universalização do serviço de água para a população;
- a política urbana será integrada às políticas ambiental, de saúde, econômica (geração de renda), social, educacional (bolsa - escola), visando a inclusão social, principalmente, nas regiões de concentração de miséria e violência;
- cesta-básica de materiais de construção para famílias de baixa renda;
- participação do governo federal, através de suas agências de financiamento, na melhoria do transporte coletivo de massas.

8. Direito ao direito



- Proteção ativa aos direitos humanos para os que estão excluídos - em função da fome e do desemprego - da cidadania e para outros segmentos duramente atingidos por sua violação: negros, mulheres, jovens, índios.
- reforma e democratização do Judiciário: justiça ágil, acessível aos pobres e excluídos, capaz de punir os crimes de colarinho branco;
- apoio à criação de tribunais de pequenas causas, da justiça agrária itinerante e à reformulação da Justiça do Trabalho, como instrumento de proteção dos trabalhadores;

- gestão social das empresas públicas, com a participação de trabalhadores, usuários e organismos da sociedade civil;
- combate à corrupção, ao crime organizado e à violência;
- os meios de comunicação devem ser instrumentos de educação, difusão da cultura, valorização do ser humano e a serviço da paz social e da vida civil solidária. Estabelecer conselhos sociais de acompanhamento.

9. Reforma Política, descentralização e controle social



- Reforma política visando a restauração da democracia representativa, a proteção do voto e da soberania popular, combatendo a intervenção das máquinas administrativas públicas, do poder econômico e dos monopólios da informação no processo eleitoral e na vida parlamentar;

- a reforma política e tributária fará do município sede da cidadania, assegurando um desenvolvimento econômico e social equilibrado. A recuperação da federação promoverá a distribuição do poder e a participação popular;
- adotar o orçamento participativo em nível federal e apoio a essa iniciativa nos níveis estadual e municipal, o que permitirá ampliar o controle social do Estado;
- a criação de um organismo central para o Desenvolvimento Municipal, que terá a função de planejar e promover as unidades administrativas, realizar políticas de desenvolvimento, racionalizar os recursos e dar apoio aos municípios, integrando as agências que hoje atuam desordenadamente.

10. Cultura



- A cultura será um direito da cidadania;
- a política cultural do novo governo respeitará a diversidade e o pluralismo, estará aberta às manifestações culturais do mundo, valorizará e protegerá a cultura nacional e o patrimônio histórico e ambiental. Apoiará fortemente a produção e socialização dos bens culturais nacionais;
- o orçamento do Ministério da Cultura dobrará; a produção cultural brasileira não

- pode ficar na dependência dos critérios das empresas beneficiadas por renúncia fiscal;
- o Itamaraty será instrumento de difusão da cultura brasileira no exterior e de intercâmbio cultural;

- a sociedade e os produtores culturais contribuirão para a formulação da política cultural do novo governo.



11. Meio ambiente

- A preservação do meio ambiente e a busca do desenvolvimento sustentado serão princípios do novo governo e estarão presentes no planejamento e na execução de todas suas iniciativas, especialmente nas políticas de infraestrutura, industrial, agrícola, de ciência e tecnologia;

- trabalho permanente de conservação de espécies e ecossistemas;
- política florestal de conservação, reposição e uso múltiplo;
- fortalecimento das funções reguladoras, da fiscalização, do controle e da aplicação da legislação ambiental;
- programa nacional de educação ambiental.

12. Presença soberana no mundo



A política externa, fundada nos princípios da autodeterminação, expressará nosso desejo de convivência pacífica com todos os povos. Mas o Brasil atuará com decisão visando alterar as relações desiguais e injustas que se estabeleceram internacionalmente.

Lutaremos por mudanças profundas nos organismos políticos e econômicos mundiais, sobretudo a ONU, o FMI e a OMC, combatendo o Acordo Multilateral de Investimentos, atentatório à soberania nacional.

Fortaleceremos nossas relações com os países do Sul, em especial com os da América Latina, da África meridional e aos de expressão portuguesa.

Defenderemos uma ampliação e reforma do Mercosul que reforce sua capacidade de implementar políticas ativas comuns de desenvolvimento e de solução dos graves problemas sociais da região. O Legislativo e a sociedade devem exercer maior controle sobre a política externa e os processos de integração regional.

Com estas Diretrizes de Programa de Governo estamos propondo, como já fizemos mais de uma vez no passado, um grande debate com a sociedade brasileira sobre o futuro de nosso país.

As propostas que aqui apresentamos não são o resultado da elucubração de tecnocratas.

Procuram, antes, reunir importantes contribuições de intelectuais, sindicalistas, dirigentes políticos e de movimentos populares, homens e mulheres para os quais o Brasil não é uma abstração ou um amontoado de números, mas uma realidade vivida que queremos e podemos mudar.

A credibilidade de nossas propostas decorre dos compromissos que assumimos com o povo brasileiro e que sempre soubemos cumprir.

Convocamos você para ajudar a construir o Programa da União do Povo, Muda Brasil

Discuta nossas propostas, faça suas críticas, dê suas sugestões. Vamos juntos governar o Brasil.

Para tanto, escreva para Programa de Governo da União Popular, Muda Brasil

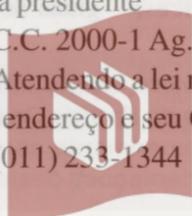
Av. Pacaembu, 1400 São Paulo - capital CEP: 01234-000 ou para nosso Correio Eletrônico: campanha98@pt.org.br

Construa esta campanha. Deposite qualquer quantia na conta corrente Lula presidente

C.C. 2000-1 Ag. 3323-5 Banco do Brasil

Atendendo a lei nº 9096/95, por favor informe a data, o valor, seu nome, seu endereço e seu CPF no telefone:

(011) 233-1344



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Estudo individual, reflexão coletiva

Nereide Saviani*

Sempre que se enfatiza a importância do estudo, fala-se da necessidade de "fazer cursos". Estes, sem dúvida, ajudam a "organizar as idéias", traçam as linhas gerais da teoria e seus temas básicos. Assim como palestras, seminários e outras situações de debates contribuem para nossa formação teórica, ideológica e política.

No entanto, nada substitui o estudo individual. Ele é indispensável à preparação e aprofundamento dos temas tratados, contribuindo para o aproveitamento dos cursos e participação em debates.

A formação dos comunistas se sustenta nesses três pilares: estudo individual, vida orgânica regular e cursos (ou atividades sistemáticas de formação).

Enfrentar as dificuldades do estudo

Estudar não é fácil. Quando não se tem o hábito de estudo, fica-se impressionado ao pegar um livro. Pensa-se que só pode ser lido por quem freqüentou escola durante muitos anos.

No início surgem muitas dúvidas e dificuldades, mas com o prosseguimento do estudo começa-se a compreender melhor os textos e a assimilá-los. Acima de tudo é necessário ter vontade de aprender e não desistir diante dos primeiros obstáculos.

Estudo individual planejado, permanente e metódico

Que tal assumir um compromisso com o estudo? E se experimentarmos encará-lo como uma tarefa a ser cumprida com o mesmo rigor que todas as outras? Para isto, nada melhor que estabelecer (e seguir) um plano de estudo individual. Convém definir um horário fixo para o estudo. Depois, exercitar-se na concentração, disciplina e organização: evitando fatores de dispersão; fazendo intervalos; providenciando antecipadamente todo o material necessário; realizando anotações e fichamentos.

Como estudar

Estudar é procurar compreender o que se leu, refletir sobre os assuntos abordados em um texto, reter o fundamental, estabelecer relações com outras idéias lidas e ouvidas.

Quando se pega um texto pela primeira vez, é importan-

te começar por uma leitura atenta, para se ter a **visão de conjunto**. Geralmente, essa leitura leva à necessidade de consultar dicionários, anotações de aulas/palestras e outras obras importantes para o entendimento das idéias centrais.

Depois, volta-se ao texto, várias vezes (conforme necessário), para **apreender sua mensagem**, localizar idéias, fatos, informações e exemplos.

Durante a leitura, é conveniente **assinalar as passagens mais importantes e fazer anotações**. Registrar palavras ou fatos desconhecidos, dúvidas, idéias principais, argumentos, fatos e exemplos permite voltar e refletir com maior facilidade sobre pontos importantes.

A partir das anotações, é possível fazer um **resumo**, isto é, um texto menor, com as próprias palavras, trazendo as principais idéias do que foi estudado. O resumo de cada texto lido ajuda a fixação e o esclarecimento das idéias. Apresentando os pontos essenciais do pensamento do autor e o registro de opiniões pessoais do leitor, o resumo possibilita o desenvolvimen-

to da capacidade crítica e do raciocínio independente.

Persistir na reflexão e no debate

As dificuldades iniciais irão diminuir aos poucos, com paciência e dedicação.

Mas, é melhor não fechar-se em si mesmo! Levar as dúvidas e dificuldades individuais para discussão no coletivo. Os camaradas mais experientes ajudarão os principiantes. O plano individual terá mais resultado se conjugado a um plano coletivo, do organismo, por exemplo, ou de grupos de estudo.

Pode-se realizar, também, uma sessão de estudo em grupo. Elege-se um coordenador e um secretário. Os participantes apresentam/discutem dúvidas, fazem comentários e decidem se devem voltar ao texto individualmente e realizar novas sessões. Se necessário, solicita-se a presença de alguém que tenha mais acúmulo, para expor aspectos que facilitem a compreensão do texto e auxiliar a dirimir dúvidas ou orientar o estudo.

*pela Comissão Nacional de Formação

Passos para o estudo

- Ler**- integralmente e com visão de conjunto
- Identificar**- o tema
- Destacar**- idéias principais.
- Localizar**- argumentos, justificações, fatos, exemplos ligados às idéias principais.
- Anotar** - dúvidas, impressões, associações, etc., bem como passagens que chamaram atenção.
- Formular**- questões cujas respostas se encontrem no texto e/ou questões por ele suscitadas.
- Resumir** - construir um tex-

- to curto, que contenha as idéias mais importantes
- Esquematizar** - elaborar um quadro ou sinopse que permita visualizar a estrutura, o planejamento do texto, expondo suas idéias centrais.
- Interpretar** - comparar/associar as idéias do autor (com as pessoais; com outras do mesmo autor; com as de outros autores).
- Criticar** - formar opiniões próprias, fazer apreciações e juízo pessoal do texto.

Lembretes para cumprimento do plano de estudos

1. Providenciar cópias dos textos.
2. Predeterminar um horário.
3. Garantir algumas condições básicas para o estudo:
 - concentração - evitar ou isolar os elementos de dispersão
 - disciplina e organização:
 - providenciar todo o material necessário
 - não deixar de ler índices,

4. Dedicar ao estudo a mesma atenção dispensada a outras tarefas.
5. Interpretar os textos e extrair deles ensinamentos para a prática revolucionária.
6. Discutir no coletivo, as dúvidas e as interpretações surgidas no estudo.

No próximo número, será publicada a ficha de leitura do *Manifesto do Partido Comunista*. Adquira seu exemplar e experimente começar a leitura seguindo as orientações deste número!...

HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO 3

O pensamento socialista pré-1848

Bernardo Joffily

Há muito séculos, pensadores avançados como Thomas Morus, autor de *Utopia* (1518), sonham com uma sociedade comunista e fraterna. Estas idéias ganham força com a Revolução Industrial na Inglaterra e sobretudo a Revolução Francesa de 1792. A saída socializante começa com a Conspiração dos Iguais, esmagada com a decapitação de seu líder, François Babeuf, em 1797.

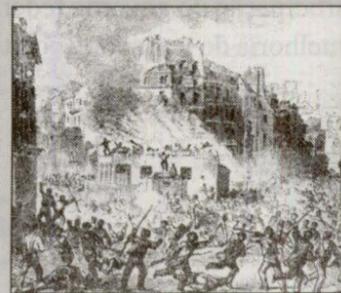
Primeiras denúncias da ordem social burguesa

Henri de Saint-Simon (1760-1827) é um desses teóricos. Nascido conde, renuncia ao título. Aos 17 anos luta na Guerra de Independência dos EUA. Volta à França, denuncia em seus escritos as "classes parasitárias", e enaltece as "classes produtoras". Propõe a reconstrução da sociedade e o trabalho social, com base em um plano único.

Charles Fourier (1772-1837), filho de um comerciante francês, aponta com ironia os absurdos da economia de mercado. "Sob o capitalismo, o médico deseja que haja o maior número de doenças, o arquiteto sonha com incêndios que destruam a cidade...". Propõe comunidades de trabalhadores, os falanstérios, criados inclusive em Saí, Santa Catarina (1842) e na *Colônia Cecília*, Paraná (1891).

Robert Owen (1771-1858), de origem humilde, chega a possuir uma grande fábrica na Escócia. Ali, reduz a jornada de trabalho para 10,5 horas diárias, ergue casas, escolas para os operários, o primeiro jardim-de-infância e a primeira cooperativa. Em 1817 evolui da ação assistencial para a crítica frontal ao capitalismo. Funda, nos EUA, a colônia socialista de *Nova Harmonia*.

Saint Simon, Fourier e Owen são considerados os expoentes do socialismo utópico (do grego *utopia*, que significa nenhum lugar). Ao lado deles, outros buscam a crítica e superação da ordem burguesa. Auguste Blanqui (1805-1881) escolhe a via revolucionária. Tenta várias vezes a tomada do poder na França; perseguido, passa metade da vida no cárcere. Ele e seus discípulos são a força majoritária na Comuna de Paris (1871). Porém o blanquismo centrado na ação não às massas trabalha-



doras mas a pequenos grupos conspirativos. Já Pierre Proudhon, tipógrafo na juventude, denuncia o sistema burguês com audácia provocante em *O que é a propriedade?* ("A propriedade é um roubo"). Mas defende a pequena propriedade agrícola e artesanal, vendo nela o futuro da humanidade. Sua obra, depois de inspirar o anarquismo, tende à conciliação e ao conservadorismo.

Limites e impotência do socialismo utópico

As idéias dessa fase apontam os males do capitalismo, pregam sua superação. Imaginam às vezes em detalhe como será a sociedade futura. Neste sentido, tiveram valor no seu tempo. Mas não compreendem as leis, contradições e tendências da sociedade burguesa. Sobretudo, desconhecem o proletariado enquanto classe capaz de superar o capitalismo. Simpatizam com ele, mas apenas como classe sofredora. Na lugar da luta de classes, confiam no apelo à "razão humana". Saint Simon mistura industriais e operários como "classes produtoras". Fourier busca apoio dos ricos e poderosos, escreve a Napoleão, ao banqueiro Rotschild, publica anúncios nos jornais e espera anos por uma resposta que nunca chega. Os falanstérios de Fourier, a Nova Harmonia de Owen e outras tentativas de criar miniaturas da nova sociedade também fracassaram.

Essas teorias já mostram seus limites e sua impotência quando em 1848, dois acontecimentos quase simultâneos apontam uma alternativa. De um lado, surge o *Manifesto do Partido Comunista*, tema do próximo artigo. De outro, explode na França e em toda a Europa o ciclo de revoluções batizado *Primavera dos Povos*. Dentro dele, nas barricadas de Paris em junho, o proletariado mundial vive seu batismo de fogo como classe independente. Para Marx, elas "foram a primeira grande batalha entre as duas classes modernas".



A greve "globalizada" da GM dos Estados Unidos

Altamiro Borges

Iniciada em 5 de junho, numa pequena fábrica em Flint, Michigan (noroeste dos EUA), a greve dos metalúrgicos da General Motors traz novas perspectivas à luta de resistência contra a atual onda destrutiva e regressiva do capitalismo. Em poucos dias, a paralisação em áreas estratégicas afetou boa parte da linha de produção da maior montadora de veículos do mundo. Um mês após, em decorrência da falta de peças-chaves, a greve já atingia 163 mil operários da GM dos Estados Unidos, Canadá e México. A produção no Brasil, na unidade de São José dos Campos, também foi afetada e pode ser suspensa.

Efeito cascata

Primeiro pararam os 3.400 operários da Flint Metal Center, unidade da GM que produz capôs, pára-choques e barras de proteção. Um semana depois, os 5.800 funcionários da Delphi East, localizada na mesma cidade e que fabrica painéis e outros instrumentos eletrônicos, aderiram ao movimento. Com a paralisação de apenas duas unidades, totalizando 9.200 metalúrgicos, a greve rapidamente se alastrou num efeito cascata - atingindo 26 das 29 fábricas da GM na América do Norte. Os 150 mil operários das outras unidades nem precisaram aderir formalmente à greve. A falta de peças obrigou a multinacional a suspender o trabalho, dando férias coletivas aos trabalhadores.

Com o crescente processo de reestruturação das empresas e de internacionalização da

produção, expressa nos chamados "carros mundiais", passam a existir maiores gargalos na cadeia produtiva. Uma pequena paralisação pode atingir toda a produção. Como relata Richard Shoemaker, dirigente da United Auto Workers (UAW), entidade dos trabalhadores das montadoras dos EUA, "o sindicato selecionou duas unidades críticas, em Flint, por saber que a greve estrangularia o fornecimento de autopeças à empresa, virtualmente parando a produção na América do Norte". Para ele, as greves isoladas, que não afetam a cadeia produtiva, são ineficazes na pressão às multinacionais e acabam isolando e derrotando os grevistas. Daí a nova estratégia utilizada pela UAW.

Capital X trabalho

A greve da GM está sendo encarada como uma verdadeira guerra entre o capital e o trabalho. Os patrões temem que ela supere a histórica paralisação de 1970, que durou 67 dias. A multinacional já ameaçou fechar 22 unidades e demitir 100 mil operários como represália. "Nossas fábricas continuam a perder milhões de dólares por causa de práticas de trabalho não competitivas. Não podemos continuar a levar nosso negócio dessa maneira", afirmou Donald Hackworth, vice-presidente da GM. Por sua vez, o presidente Bill Clinton exigiu a rápida solução do conflito e chegou a aventar a possibilidade do uso do artigo Talf-Hartley - a legislação repressiva do país que restringe as greves "contrárias à saúde econômica e à segurança da nação".



Trabalhadores em greve protestam em Michigan

Setores do sindicalismo norte-americano, que nos últimos anos adotaram posturas mais combativas apostam todas as suas fichas na paralisação. Ela seria o ponto alto da resistência dos assalariados ao crescente processo de desemprego e precarização do trabalho nos Estados Unidos. A UAW, que nasceu em Flint e é a mais poderosa entidade sindical do país, joga todo o seu peso para garantir o êxito da greve. Ela está bancando parte dos salários dos grevistas - pagando US\$ 150 por semana aos que comprovarem que fizeram piquete pelo menos quatro horas por semana.

Não há como prever qual será o desfecho da paralisação. Isto porque ela afeta diretamente a atual lógica do capitalismo. Para competir num mercado de consumo

cada vez mais restrito, a empresa faz de tudo para reduzir os custos operacionais e aumentar a produtividade. O resultado é o aumento do desemprego e, no caso dos Estados Unidos, da precarização do trabalho. O alardeado "baixo" nível de desemprego nos EUA (4,5% da População Economicamente Ativa) esconde o vertiginoso crescimento do trabalho precário, temporário e informal no país. Dos 18 milhões de novos postos criados na década passada, apenas 12% foram considerados "bons empregos".

Acordo desrespeitado

A GM enquadra-se totalmente nesta lógica - e daí a razão principal da greve. Há alguns anos atrás, ela empregava 520 mil operários; hoje são apenas 223 mil. Boa parte foi demitida e muitas funções terceirizadas, com salários menores e sem representação sindical. Seu projeto atual é cortar mais 50 mil vagas "para obter a mesma competitividade das empresas rivais" - segundo *The Wall Street Journal*. De imediato, a GM pretendia terceirizar serviços, eliminando 2.500 empregos, e aumentar o jornada diária em 1h30. Além disso, para reduzir custos, ela desrespeitou o acordo coletivo que determinava o investimento de US\$ 300 milhões em equipamentos de segurança no trabalho.

Segundo estimativas, a greve estaria causando um prejuízo diário de US\$ 50 milhões - com a queda de 40% na venda de veículos.

Mesmo assim, ela mantém-se irreduzível. "Ela não está levando a sério o movimento e nem deseja discutir as reivindicações. Não sei qual é o jogo deles", comentou Norm McComb, vice-presidente da UAW. O Brasil apareceu recentemente na capa do jornal *New York Times* como modelo de produção a ser copiado nos EUA, já que a filial brasileira é "a mais eficiente e rentável da GM". A legislação trabalhista é mais flexível, os salários são mais baixos e o processo de terceirização mais acelerado. Já a reestruturação produtiva foi implantada de forma mais abrupta, reduzindo o número de operários por veículo produzido, principalmente na montagem.

O jogo de forças é violento. Por um lado, a GM procura reduzir custos - via demissões e terceirização - e aumentar a produtividade para manter-se competitiva no restrito mercado capitalista. Por outro, os trabalhadores lutam para garantir os seus empregos e suas conquistas históricas. Até os sindicalistas mais vacilantes percebem que esta é uma luta de vida ou morte. Após a perplexidade diante da "globalização" e da reestruturação produtiva, os sindicatos vão encontrando novas formas de pressão. A paralisação de setores estratégicos, que afetam toda a cadeia produtiva, mostra seu potencial de fogo. Num capitalismo cada vez mais internacionalizado, sob domínio dos oligopólios, surge a "greve globalizada".

*Secretário sindical do PCdoB/SP

Reunião Internacional de Partidos Comunistas na Grécia

Sob a iniciativa do Partido Comunista da Grécia (PCG) foi realizada em Atenas, de 22 a 24 de maio, uma reunião internacional sob o tema *Os Partidos Comunistas sob as Condições Atuais*.

Essa reunião, organizada para celebrar o 150º aniversário da publicação do Manifesto Comunista e o 80º aniversário de fundação do PCG, contou com a presença de 57 partidos comunistas e operários de 50 países de todo o mundo.

O acúmulo de impasses e contradições da sociedade

capitalista, o crescimento extremo do poder econômico, político e militar do capital financeiro e das corporações transnacionais e uma maior ofensiva contra os direitos sociais básicos e democráticos da classe trabalhadora demonstram que a análise do capitalismo e a demanda para ultrapassá-lo, utilizando os meios, conforme o texto elaborado pelos redatores clássicos do Manifesto Comunista, são excepcionalmente oportunas.

A discussão expressou a necessidade de uma ampla divulgação do Manifesto

Comunista e da projeção das mensagens básicas relacionadas à abolição da exploração do homem pelo homem, assim como pela solidariedade entre os trabalhadores de todo o mundo.

Muitas intervenções apontaram para o fato de que a paz e a segurança mundiais correm perigo, a partir do fortalecimento da OTAN, da militarização das relações internacionais, das guerras regionais, das intervenções por poderes estrangeiros e do ressurgimento de religiões fundamentalistas, do racismo e da xenofobia.

Os trabalhadores, segundo os escritores

Carlos Pompe

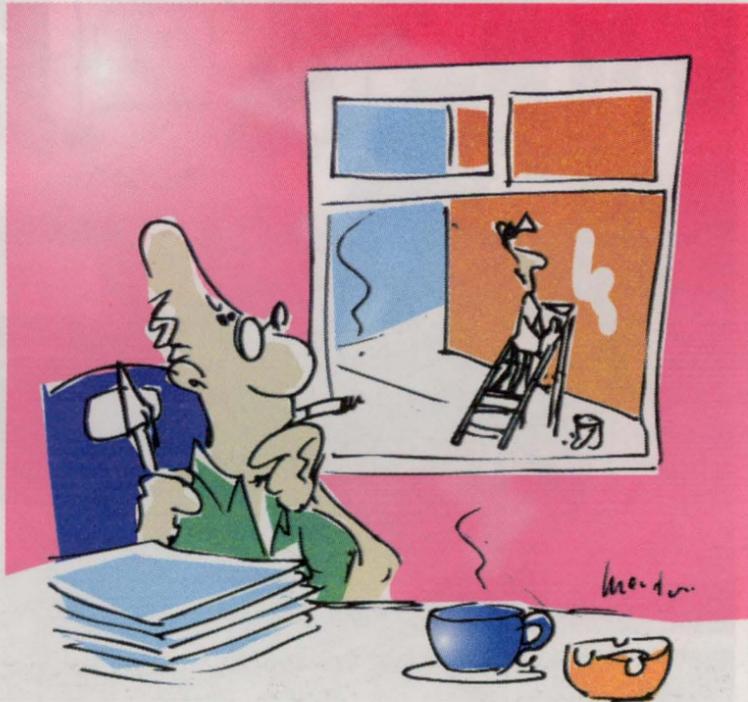
O escritor mineiro Roniwalter Jastobá resolveu enfrentar um desafio: "encarar um projeto literário que reunisse histórias sobre um assunto muito debatido neste final de século: o trabalho". O resultado acaba de ser publicado pela Geração Editorial: *Trabalhadores do Brasil, histórias do povo brasileiro*.

São quarenta contos, relatos, crônicas, de autores tão distanciados no tempo como Machado de Assis (nascido em 1839) ou Fernando Bonassei (nascido em 1962). Trabalhadores, dos mais variados ofícios e profissões - e das mais variadas relações de trabalho - dividem espaço no mundo ficcional brasileiro com vagabundos, maltrapilhos, bandidos e outros "excluídos".

Pulsando a vida

Naturalmente, trata-se de um painel incompleto. O próprio Roniwalter anuncia a preparação de um segundo volume. E aconselha a leitura dos textos "numa ordem cronológica, porque cada história mostra as profundas transformações por que passou o país neste século e constata que a grande maioria dos autores brasileiros tem visão crítica da realidade do mundo onde vive". Infelizmente, os textos não são apresentados com as datas em que foram elaborados ou publicados, dificultando a leitura na ordem sugerida pelo organizador.

Muitos são os personagens trabalhadores na literatura brasileira ou universal. Poucos, porém, flagrados no processo de trabalho. Em certa ocasião, o alagoano Graciliano Ramos criticou seu colega Jorge Amado porque os estivadores criados pelo autor baiano, em uma de suas obras, simplesmente não apareciam em uma cena sequer



exercendo seu ofício na estiva.

Na coletânea elaborada por Jatobá, alguns personagens e estórias ocorrem no processo do trabalho. Um destaque, neste aspecto, é *A maior ponte do mundo*, onde o paranaense Domingos Pellegrini relata a construção da Rio-Niterói, nos anos 70, a partir da vivência de um electricista que participou da obra.

Surpreendente, também, é a abordagem que Machado de Assis faz da caça a escravos fugidos em *Pai contra mãe*. Assim como angustiante é *Turma 12*, de Afonso Schmidt, onde o autor narra a história de operários da ferrovia que sonham com uma vida melhor nos Estados Unidos, no início do século.

Os estilos dos vários autores dão um painel das várias vertentes que permeiam a literatura brasileira. Estão no livro o linguajar cru de um Lima Barreto, ao lado do surrealismo de Sílvio Fiorani ou de Murilo Rubião.

Painel nacional

A maioria das estórias são ambientadas nas grandes ci-

dades do sudeste e sul do país. Mas os personagens também estão no interior nordestino ou na capital amazonense, embora não pareça ter sido preocupação do organizador a divisão do país em regiões geográficas.

As profissões e ofícios abordados também são variados, em que pese haver talvez uma presença desproporcional de jornalistas, publicitários e outros trabalhadores intelectuais na coletânea. E, naturalmente, numa seleção abrangente como esta há uma disparidade na qualidade das obras apresentadas. Ao lado de autores com amplo domínio de vocabulário e de temas intrincadas, como José J. Veiga, Murilo Carvalho ou Hermilo Borba Filho, estão outros que se ressentem ainda de uma falta de domínio maior com a criação literária, apresentando obras lineares ou com desfechos previsíveis.

Essas limitações não merecem *Trabalhadores do Brasil, histórias do povo brasileiro*. Como registra Roniwalter, aqui estão presentes "personagens que, com registro de carteira ou não, estão

O Padeiro

Rubem Braga

Levanto cedo, faço minhas abluções, ponho a chaleira no fogo para fazer café e abro a porta do apartamento - mas não encontro o pão costumeiro. No mesmo instante me lembro de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera sobre a "greve do pão dormido". De resto não é bem uma greve, é um lock-out, greve dos patrões, que suspenderam o trabalho noturno; acham que obrigando o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido conseguirão não sei bem o que do governo.

Está bem. Tomo o meu café com pão dormido, que não é tão ruim assim. E enquanto tomo café vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente. Quando vinha deixar o pão à porta do apartamento ele apertava a campainha, mas, para não incomodar os moradores, avisava gritando:

- Não é ninguém, é o padeiro!

Interroguei-o uma vez: como tivera a idéia de gritar aquilo?

"Então você não é ninguém?"

Ele abriu um sorriso largo. Explicou que aprendera aquilo de ouvido. Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer, e ouvir uma voz que vinha lá de dentro perguntando quem era; e ouvir a pessoa que atendera dizer para dentro: "não é ninguém, não senhora, é o padeiro". Assim ficara sabendo que não era ninguém...

Ele me contou isso sem mágoa nenhuma, e se despediu ainda sorrindo. Eu não quis detê-lo para explicar que estava falando com um colega, ainda que menos importante. Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno. Era pela madrugada que deixava a redação de jornal, quase sempre depois de uma passagem pela oficina - e muitas vezes saía já levando na mão um dos primeiros exemplares rodados, o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno.

Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo! E às vezes me julgava importante porque no jornal que levava para casa, além de reportagens ou notas que eu escrevera sem assinar, ia uma crônica ou artigo com o meu nome. O jornal e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre; "não é ninguém, é o padeiro!"

E assobiava pelas escadas.

envolvidas nas diversas tarefas profissionais. No conjunto, os autores criam um painel da saga do povo desde o final do século passado, no mundo rural e urbano brasileiro".

Os interessados podem so-

licitar o livro à Editora Anita Garibaldi, rua Monsenhor Pasalácqua, 158, fone 011 289-1331 - São Paulo - SP - CEP 01323-010.

Reproduzimos, nesta página, um dos textos selecionados por Roniwalter Jatobá.

IMPRESSO

CEP 01318-020 - São Paulo - SP

Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista

Tel.: (011) 3104 4140



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

